

BIÊNIO – janeiro de 2019 / janeiro de 2021

Francisco Sérgio Belich de Souza Leão
Conselheiro / Presidente

José Carlos Araújo
Conselheiro / Vice-Presidente

Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro / Corregedor

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Ouvidora

Luis Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente da Câmara Especial

Antonio José Costa de Freitas Guimarães
Conselheiro / Vice-Presidente da Câmara Especial

Aloísio Augusto Lopes Chaves
Conselheiro

CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A):

- ↳ **Adriana Cristina Dias Oliveira**
- ↳ **José Alexandre da Cunha Pessoa**
- ↳ **Márcia Tereza Assis da Costa**
- ↳ **Sérgio Franco Dantas**

CRIAÇÃO

“O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCMPA) foi instituído pela **Emenda Constitucional nº 13, de 16/10/1980**, à Constituição Estadual, com fundamento no Art. 16, § 1º da Constituição Federal.”

MISSÃO

“Orientar e fiscalizar a administração pública e a gestão dos recursos municipais, visando a sua efetiva e regular aplicação em benefício da sociedade.”

VISÃO

“Ser instituição de excelência no controle externo, reconhecida pela sociedade como indispensável ao aperfeiçoamento da gestão pública.”

REGULAMENTAÇÃO / DOE do TCMPA

Lei Complementar nº 102/2015, 25/09/2015; Instrução Normativa nº 03/2016/TCMPA.

CONTATO / DOE do TCMPA

Secretaria Geral / (91) 3210-7545
suporte.doe@tcm.pa.gov.br

ENDEREÇO / TCMPA

Trav. Magno de Araújo, 474 - Telégrafo Sem Fio.
- Belém - Pará - Brasil - CEP 66.113-055 -
Telefone: (91) 3210-7500 (Geral)

Prefeituras e Câmaras de vereadores devem enviar dados mensalmente ao TCMPA, a partir de janeiro de 2020



O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA) alerta as prefeituras e câmaras municipais de vereadores que a partir deste ano estão sendo implementadas mudanças nos procedimentos de remessa de dados, folha de pagamento, prestação de contas e classificação contábil de dados. Estas mudanças fazem parte do programa “TCM 180 Graus”, por meio do qual o Tribunal está redirecionando recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos, com o intuito de realizar ações em tempo real, acompanhando, de forma permanente, as atuações dos gestores municipais, visando garantir a efetividade das políticas públicas em benefício da sociedade.

Até o exercício financeiro de 2019, os ordenadores de despesas tinham a obrigação de encaminhar ao Tribunal, de quatro em quatro meses, os balancetes de suas prestações de contas. Este procedimento continua sendo obrigatório, mas a partir de janeiro deste ano, também terão de remeter, de forma eletrônica, dados mensais. É o que determina a Instrução Normativa nº 02/2019/TCM-PA, publicada no dia 30 de dezembro de 2019, no Diário Oficial Eletrônico TCM-PA nº 689.

A Instrução Normativa nº 02/2019/TCM-PA (que substitui a Resolução nº 04/2018/TCM-PA a partir do exercício de 2020) traz, entre outras inovações, uma em especial, a diferenciação de dois institutos: a remessa de dados mensais e a remessa da prestação de contas.

A Instrução Normativa nº 02/2019/TCM-PA dispõe, inclusive, sobre os procedimentos para apresentação eletrônica das remessas de dados mensais, prestações de contas e demais documentos complementares, matriz de saldos contábeis e respectivas retificadoras, a partir do exercício de 2020, no âmbito do TCMPA, e dá outras providências.

A remessa de dados mensais constitui-se no envio de dados orçamentários, financeiros e patrimoniais, em arquivo no formato do sistema e-Contas, assim como os arquivos referentes à folha de pagamento, em periodicidade mensal.

Já a prestação de contas constitui-se no encaminhamento de documentos enumerados no anexo da Instrução Normativa nº 02/2019/TCM-PA, em formato PDF, de periodicidade quadrimestral, além da remessa do Balanço Geral dos arquivos e-Contas e PDF no prazo regimental.

Outra alteração apresentada na Instrução Normativa nº 02/2019/TCM-PA diz respeito ao encaminhamento, pela Prefeitura Municipal, das Matrizes de Saldos Contábeis validadas nos prazos emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

LEIA MAIS...

NESTA EDIÇÃO

PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO	02
DECISÃO MONOCRÁTICA	22
DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE	24
EDITAL DE CITAÇÃO	25
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO	26
SOLICITAÇÃO DE PRAZO	29
PORTARIA	30



PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO**RESOLUÇÃO Nº 14.845, DE 03/07/2019**

PROCESSO Nº 410012014-00

MUNICÍPIO: MAGALHÃES BARATA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

ASSUNTO: REABERTURA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL

EXERCÍCIO: 2014

RESPONSÁVEL: RAIMUNDO FARO BITTENCOURT

CONTADORA: MARIA DO SOCORRO PINTO ALVES BATISTA

MPC: PROCURADORA MARIA INEZ GUEIROS

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA. Contas Anuais de GOVERNO. Exercício 2014. Reabertura de Instrução Processual.

Vistos, relatados e discutidos os autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data, e nos termos do voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO: REABRIR A INSTRUÇÃO do processo que trata da prestação de contas de GOVERNO da PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de RAIMUNDO FARO BITTENCOURT, para que seja analisada nova documentação.**RESOLUÇÃO Nº 15.017, DE 24/09/2019**

PROCESSO SPE Nº 054233.2017.2.000 (201881527-00)

MUNICÍPIO: OURÉM

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS – REABERTURA DE INSTRUÇÃO

EXERCÍCIO: 2017

RESPONSÁVEL: MARIA ELIZABETE AGUIAR COELHO

CONTADORA: MARIA DE LOURDES CARVALHO O'BRIEN

MPC: PROCURADORA MARIA REGINA CUNHA

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURÉM. Prestação de Contas. Exercício 2017. REABERTURA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO:

I – REABRIR A INSTRUÇÃO do processo, que trata da prestação de contas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURÉM, exercício financeiro de 2017, de responsabilidade de MARIA ELIZABETE AGUIAR COELHO, para que seja analisada nova documentação.

RESOLUÇÃO Nº 15.019, DE 24/09/2019

PROCESSO SPE Nº 065002.2016.2.000 (201780170-00)

MUNICÍPIO: SALINÓPOLIS

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS

EXERCÍCIO: 2016

RESPONSÁVEL: RAIMUNDO JORGE DE LIMA CORREA

CONTADORA: IBRAN DOS SANTOS NOVAES

MPC: PROCURADORA ELISABETH MASSOUD SALAME

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS. Prestação de Contas. Exercício 2016. REABERTURA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO:

I – REABRIR A INSTRUÇÃO do processo, que trata da prestação de contas da CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS, exercício financeiro de 2016, de responsabilidade de RAIMUNDO JORGE DE LIMA CORREA, para que seja analisada nova documentação.



RESOLUÇÃO Nº 15.020, DE 24/09/2019

PROCESSO SPE Nº 078410.2015.2.000 (3º quadrimestre – 201682248-00)

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2015 – REABERTURA DE INSTRUÇÃO

RESPONSÁVEL: LUZENILDO ARAÚJO DA SILVA

CONTADOR: ALEXANDRE DA GAMA BASTOS

MPC: PROCURADORA ELISABETH M SALAME DA SILVA

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. Prestação de Contas. Exercício 2015. REABERTURA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO: I – REABRIR A INSTRUÇÃO do processo, que trata da prestação de contas da FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/FUNDEB DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, exercício financeiro de 2015, de responsabilidade de LUZENILDO ARAÚJO DA SILVA, para que seja analisada nova documentação.

RESOLUÇÃO Nº 15.053, DE 03/07/2019

PROCESSO Nº 410012014-00

MUNICÍPIO: MAGALHÃES BARATA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO

ASSUNTO: REABERTURA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL

EXERCÍCIO: 2014

RESPONSÁVEL: RAIMUNDO FARO BITTENCOURT

CONTADORA: MARIA DO SOCORRO PINTO ALVES BATISTA

MPC: PROCURADORA MARIA INEZ GUEIROS

RELATOR: CONSELHEIRO SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES

EMENTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA. Contas anuais de GESTÃO. Exercício 2014. Reabertura de Instrução Processual.

Vistos, relatados e discutidos os autos, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do voto do Conselheiro Relator.

DECISÃO: REABRIR A INSTRUÇÃO do processo que trata da prestação de contas de GESTÃO da PREFEITURA MUNICIPAL DE MAGALHÃES BARATA, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade de RAIMUNDO FARO BITTENCOURT, para que seja analisada nova documentação.

ACÓRDÃO Nº 35.697, DE 09/12/2019

PROCESSO Nº 201505908-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Fundo de Previdência Social do Município de São Sebastião da Boa Vista

Município: São Sebastião da Boa Vista

Remetente: Dario Gonçalves Júnior – Presidente

Interessada: Ana Maria Ferreira da Silva

Procuradora: ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º C/C Art. 72, III, Do Ato Nº 19/2017-Ritcm/Pa)

EMENTA: APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 079-A/2014. FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA.

FUNDAMENTO ART. 3º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL 47/2005. REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 154 e 155 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº079-A/2014, que concede aposentadoria por tempo de contribuição e idade a Srª. Ana Maria Ferreira da Silva, no cargo de Auxiliar Educacional, com proventos mensais no valor de R\$ 1.284,74 (hum mil, duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) e fundamento legal no Art. 3º, da Emenda Constitucional 47/2005.



ACÓRDÃO Nº 35.698, DE 09/12/2019

Processo Nº 201500454-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Interessada: Oscarina Da Silva Pires

Procuradora: MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: PENSAO. PORTARIA Nº 1941/2014. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. FUNDAMENTO ART 40, §1º, I DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REGISTRO

DO ATO

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 54 e 55 dos autos.**DECISÃO:** Registrar a Portaria nº 1941/2014, que concedeu pensão por morte do servidor inativo Sr. Lourival Pacheco Pires, falecido em 13/10/2014, a sua esposa Srª. Oscarina Da Silva Pires, com proventos mensais de R\$ 868,80 (oitocentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), com a devida atualização ao valor do salário mínimo vigente e fundamento no Art. 40, §7º, I, da CF/88.**ACÓRDÃO Nº 35.699, DE 09/12/2019**

Processo Nº 201503317-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município

Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Interessado: Arnaldo Nunes Pinto

Procuradora: MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: PENSAO. PORTARIA Nº 1767/2014. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. FUNDAMENTO ART 40, §1º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REGISTRO

DO ATO

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 59 e 60 dos autos.**DECISÃO:** Registrar a Portaria nº 1767/2014, que concedeu pensão por morte da servidora inativa Srª. Laudicea Bezerra da Silva, falecida em 02/07/2014, ao seu companheiro Sr. Arnaldo Nunes Pinto, com proventos mensais de R\$ 1.433,52 (mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos) e fundamento no Art. 40, §7º, I, da CF/88.**ACÓRDÃO Nº 35.700, DE 09/12/2019**

Processo Nº 201505462-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente

INTERESSADA: Almira Gonzaga Correa

Procuradora: MARIA INEZ KLAUTAU DE MENDONÇA GUEIROS

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: PENSAO. PORTARIA Nº 0429/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. FUNDAMENTO ART 40, §1º, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REGISTRO

DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I,

do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 58 e 59 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria 0429/2015, que concedeu pensão por morte do servidor inativo Sr. Tomé Pantoja Correa, falecido em 05/11/2014, a sua esposa Srª. Almira Gonzaga Correa, com proventos mensais no valor de R\$1.418,40 (mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos) e fundamento no Art. 40, §7º, I, da CF/88.

ACÓRDÃO Nº 35.701, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506068-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência do Município de Belém
Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Interessados: Paulo Jorge Amador Pantoja e Thaisa Helem Silva Pantoja

Procuradora: MARIA INEZ K. DE MENDONÇA GUEIROS

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: PENÇÃO. PORTARIA Nº 0506/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. FUNDAMENTO ART 40, §1º, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REGISTRO

DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 97 e 98 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria 0506/2015, que concedeu pensão por morte da servidora ativa Srª. Rita Maria Silva dos Santos, falecida em 19/09/2014, ao seu companheiro Sr. Paulo Jorge Amador Pantoja e a menor Thaisa Helem Silva Pantoja, com proventos mensais no valor de R\$ 961,38 (novecentos e sessenta e um reais e trinta e oito centavos), com a devida atualização ao valor do salário mínimo vigente, na proporção de (50%) para cada beneficiário e fundamento no Art. 40, §7º, II, da CF/88.

ACÓRDÃO Nº 35.703, DE 09/12/2019

Processo Nº 201510432-00

Natureza: Pensão

Origem: Fundo de Previdência do Município de Muaná

Município: Muaná

Remetente: Cláudia Edna Paes da Costa

Interessados: Telma de Nazaré Grinfel da Cruz, Sara da Cruz Lopes e Renato da Cruz Lopes

Procuradora: MARIA REGINA CUNHA

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: PENÇÃO. PORTARIA Nº 002/2015. FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MUANÁ. FUNDAMENTO ART 40, §1º, II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 85 e 86 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 002/2015, que concedeu pensão por morte do servidor ativo Sr. Raimundo Nonato Vieira Lopes, falecido em 27/09/2014, a sua esposa Srª. Telma de Nazaré Grinfel da Cruz e aos filhos menores Sara da Cruz Lopes e Renato da Cruz Lopes, com proventos mensais no valor de R\$ 1.229,28 (mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte e oito centavos), na proporção de (33,3%) para cada beneficiário e fundamento no Art. 40, §7º, II, da CF/88.

ACÓRDÃO Nº 35.731, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504759-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previd. e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessada: Maria Dina Menezes Soares

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)



EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 95 a 97 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0342/2015, de 02/03/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Maria Dina Menezes Soares no cargo de Agente de Serviços Gerais – Nível FAF, com proventos integrais, no valor de R\$ 2.554,93 (dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e três centavos), com fundamento no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.732, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504763-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Interessada: Nailce Alves de Carvalho

Responsável: Erick Nelo Pedreira

Membro/MPCM: Elisabeth Salame da Silva

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 3º, Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 97, da Lei Municipal nº 8.466/2005. Processo devidamente instruído.

Os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 115 a 116 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0363/2015, de 03/03/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Nailce Alves de Carvalho no cargo de Técnico em Enfermagem, com proventos integrais, no valor de R\$ 3.530,24 (três mil, quinhentos e trinta reais e vinte e quatro centavos), com fundamento no Art. 3º, Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 97, da Lei Municipal nº 8.466/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.733, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504767-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previd. e Assist. do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessada: Maria do Socorro Rocha dos Santos

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do



Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 135 a 137 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0340/2015, de 02/03/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Maria do Socorro Rocha dos Santos no cargo pertencente ao grupo Nível Médio – Ref. A, com proventos integrais, no valor de R\$4.947,73 (quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e setenta e três centavos), com fundamento no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.734, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504771-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessada: Maria Hilda Carvalho Lira

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 190 a 192 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0007/2015, de 26/02/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Maria Hilda Carvalho Lira no cargo de Professor Pedagógico – Mag. 01, Ref. 05, com proventos integrais, no valor de R\$ 6.307,49 (seis mil, trezentos e sete reais e quarenta e nove centavos), com fundamento no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.735, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506066-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Interessada: Milene Haynes Leite de Souza

Responsável: Erick Nelo Pedreira

Membro/MPCM: Maria Inez Gueiros

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no art. Art. 6º, Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

Os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 155 a 157 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 522/2015, de 25/03/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Milene Haynes Leite de Souza no cargo de Professora Pedagógica-ref. 03, com proventos integrais, no valor de R\$ 6.594,20 (seis mil, quinhentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), com fundamento no Art. 6º, Emenda Constitucional nº 41/2003.



ACÓRDÃO Nº 35.736, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506302-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Interessada: Eliete Mendonça de Oliveira

Responsável: Erick Nelo Pedreira

Membro/MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.
2. Ato regularmente fundamentado no art. Art. 6º, Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

Os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 203 a 204 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 593/2015, de 08/04/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém-IPAMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Eliete Mendonça de Oliveira no cargo de Professora com Licenciatura Plena-ref. 15, com proventos integrais, no valor de R\$ 5.734,08 (cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais e oito centavos), com fundamento no Art. 6º, Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.737, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506560-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessado: José Camilo dos Santos

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.
2. Ato regularmente fundamentado no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 97, da Lei Municipal nº 8.466/2005. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 168 e 169 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0629/2015-GP/IPAMB, de 13/04/2015, do Instituto de Previdência do Município de Belém, que aposentou por idade e tempo de contribuição o Sr. José Camilo dos Santos no cargo de MOTORISTA – NÍVEL DEK, com proventos integrais, no valor de R\$ 5.055,69 (cinco mil, cinquenta e cinco reais e sessenta e nove centavos), com fundamento no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 97, da Lei Municipal nº 8.466/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.738, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506564-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessado: Stanley Reis Xavier

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Elisabeth Massoud Salame da Silva

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 115 e 116 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0542/2015-GP/IPAMB, de 30/03/2015, do Instituto de Previdência do Município de Belém, que aposentou por idade e tempo de contribuição o Sr. Stanley Reis Xavier no cargo de médico, com proventos integrais, no valor de R\$ 4.613,99 (quatro mil, seiscentos e treze reais e noventa e nove centavos), com fundamento no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.739, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506852-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessada: Diva Ferreira de Oliveira

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por

votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 187 e 188 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0606/2015-GP/IPAMB, de 08/04/2015, do Instituto de Previdência do Município de Belém, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Diva Ferreira Oliveira, no cargo de professor pedagógico, com proventos integrais, no valor de R\$ 5.447,38 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos), com fundamento no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.740, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506853-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessada: Terezinha Lucia Teixeira Cruzinha

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 247 e 248 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0627/2015-GP/IPAMB, de 13/04/2015, do Instituto de Previdência do Município de Belém, que aposentou por



idade e tempo de contribuição a Sra. Terezinha Lúcia Teixeira Cruzinha, no cargo de professor pedagógico, com proventos integrais, no valor de R\$ 6.823,56 (seis mil, oitocentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), com fundamento no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.741, DE 09/12/2019

Processo nº 201507125-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Interessado: Raimundo Olimpio Alves de Sena

Responsável: Erick Nelo Pedreira

Membro/MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 3º, Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 97, da Lei Municipal nº 8.466/2005. Processo devidamente instruído.

Os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 305 a 307 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 641/2015, de 15/04/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição o Sr. Raimundo Olimpio Alves de Sena no cargo de Motorista-Aux. 13-Ref. 08, com proventos integrais, no valor de R\$ 3.209,52 (três mil, duzentos e nove reais e cinquenta e dois centavos), com fundamento no Art. 3º, Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 97, da Lei Municipal nº 8.466/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.742, DE 09/12/2019

Processo Nº 201411482-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de Breves – IPMB

Município: Breves

Interessada: Eliana Maria Maia Pinto

Responsável: Benedita Auxiliadora Cirino da Silva – Presidente do IPMB

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 213 a 216 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0424/2019-GAB/IPMB, de 09/07/2019, do Instituto de Previdência do Município de Breves – IPMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Eliana Maria Maia Pinto no cargo de Professora, com proventos integrais, no valor de R\$ 5.622,11 (cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais e onze centavos), com fundamento no Art. 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.743, DE 09/12/2019

Processo Nº 201411483-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de Breves – IPMB



Município: Breves

Interessada: Antonio Carlos Nogueira de Miranda

Responsável: Benedita Auxiliadora Cirino da Silva –
Presidente do IPMB

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42,
§5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE
CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO
DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.
2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 173 a 176 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 425/2019, de 09/07/2019, do Instituto de Previdência do Município de Breves – IPMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição o Sr. Antonio Carlos Nogueira de Miranda no cargo de Professor, com proventos integrais, no valor de R\$ 4.656,30 (quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos), com fundamento no Art. 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.744, DE 09/12/2019

Processo Nº 201415124-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência de Breves

Município: Breves

Interessada: Izabel Gonçalves Vieira

Responsável: Benedita Auxiliadora Cirino da Silva –
Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42,
§5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA. ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS.
REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.
2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 188 a 191 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0426/2019 de 09/07/2019, do Instituto de Previdência do Município de Breves, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Izabel Gonçalves Vieira, no cargo de professor, com proventos integrais, no valor de R\$ 4.860,11 (quatro mil, oitocentos e sessenta reais e onze centavos), com fundamento no Art. 6º, Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.745, DE 09/12/2019

Processo Nº 201421277-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de Breves
– IPMB

Município: Breves

Interessada: Orzenda Ferreira dos Santos Costa

Responsável: Benedita Auxiliadora Cirino da Silva –
Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42,
§5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE
CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS
CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO
DO ATO.



1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 234 a 237 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar Portaria nº 427/2019, de 16/05/2019, do Instituto de Previdência do Município de Breves – IPMB, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Orzenda Ferreira dos Santos Costa no cargo de Professora, com proventos integrais, no valor de R\$5.389,01 (cinco mil, trezentos e oitenta e nove reais e um centavo), com fundamento no Art. 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.746, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506745-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município – IPAC

Município: Capanema

Interessada: Maria da Consolação da Costa Silva

Responsável: Elcir Dias dos Santos – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do

Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 149 e 150 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e Registrar a Resolução nº 022/2015, de 27/04/2015, do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Capanema – IPAC, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Maria da Consolação da Costa Silva no cargo de Professor Educação Básica I, com proventos integrais, no valor de R\$ 3.536,03 (três mil, quinhentos e trinta e seis reais e três centavos), com fundamento no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.747, DE 09/12/2019

Processo Nº 201503999-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais – IPASEMAR

Município: Marabá

Interessada: Joisa Nascimento Hertel

Responsável: Karam El Hajjar – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS. PROVENTOS INTEGRAIS. REGISTRO DO ATO.

1. Comprovados o tempo de contribuição e a idade necessária à obtenção do benefício.

2. Ato regularmente fundamentado no Art. 6º, Incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 119 e 120 dos autos.



DECISÃO: Considerar legal e Registrar a Portaria nº 037/2015, de 02/02/2015, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Marabá – IPASEMAR, que aposentou por idade e tempo de contribuição a Sra. Joisa Nascimento Hertel no cargo de Professora NII, com proventos integrais, no valor de R\$ 7.889,08 (sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e oito centavos), com fundamento no Art. 6º, I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.748, DE 09/12/2019

Processo nº 201515783-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Responsável: Mauricio Gil Castelo Branco – Presidente

Interessada: Maria Luiza Miranda Moutinho da Conceição

Membro/MPC: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido à viúva de servidor.
2. Comprovado o vínculo da beneficiária com o segurado.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso I, da CF/88, com redação da EC nº 41/03. Processo devidamente instruído.

Os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 56 a 57 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e Registrar a Portaria nº 1.986/2015 de 09/11/2015, que concede Pensão por morte em benefício de Maria Luiza Miranda Moutinho da Conceição, viúva do servidor falecido Vitor Moutinho da Conceição, com proventos no valor de R\$ 5.764,77 (cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e sete centavos), com fundamento no Art. 40, §7º, I, da CF/88, com redação da EC nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.749, DE 09/12/2019

Processo nº 201500455-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Interessada: Bianca Andrade Campos

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro/MPCM: Elisabeth Salame da Silva

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (art. 42, § 5º c/c o art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido a filha de servidora.
2. Comprovado o vínculo da beneficiária com a segurada.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso II, da CF/88, com redação da EC nº 41/03. Processo devidamente instruído.

Os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, inciso III, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 79 a 80 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 1929/2014 de 15/12/2014 do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB, que concede Pensão por morte em benefício de Bianca Andrade Campos, filha da servidora falecida Maria Madalena Andrade de Oliveira, no valor de R\$ 1.666,71 (um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e um centavos), com fundamento no Art. 40, §7º, II, da CF/88, com redação da EC nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.750, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504350-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessada: Maria Furtado de Souza Batista

Responsável: Erick Nelo Pereira – Presidente



Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido à viúva de servidor.
2. Comprovado o vínculo da beneficiária com o segurado.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso II, da Constituição Federal. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 52 a 54 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar Portaria nº 0256/2015-GP/IPAMB, de 11/02/2015 do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, que concede pensão por morte à Sra. Maria Furtado de Souza Batista, esposa do servidor falecido, Paulo Roberto Laurentino Batista, no valor de R\$ 1.888,58 (um mil, oitocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), com fundamento no Art. 40, §7º, Inciso II, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 35.751, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504720-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência do Município de Belém

Município: Belém

Interessada: Maria do Carmo Moreira Tavares

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido à viúva de servidor.
2. Comprovado o vínculo da beneficiária com o segurado.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 57 a 60 dos autos.

DECISÃO: I – Considerar legal e registrar Portaria nº 0323/2015-GP/IPAMB, de 26/02/2015 do Instituto de Previdência do Município de Belém, que concede pensão por morte à Sra. Maria do Carmo Moreira Tavares, esposa do servidor falecido, Pedro Correa Tavares, no valor de R\$ 3.261,01 (três mil, duzentos e sessenta e um reais e um centavo), com fundamento no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal/1988; e

II – Recomendar ao Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, que retifique por apostilamento a fundamentação constitucional da Portaria nº 0323/2015-GP/IPAMB, de 26/02/2015, em cumprimento a presente decisão, sem necessidade de envio de novo ato a esta Corte de Contas.

ACÓRDÃO Nº 35.752, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506435-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessado: Maria Altina Rafael Leite Moreira

Responsável: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido à viúva de servidor.
2. Comprovado o vínculo da beneficiária com o segurado.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal/1988. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por



votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 58 e 59 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar a Portaria nº 0598/2015-GP/IPAMB, de 08/04/2015 do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, que concede pensão por morte à Sra. Maria Altina Rafael Leite Moreira, esposa do servidor falecido, Helder Chagas de Farias Moreira, no valor de R\$ 2.230,40 (dois mil, duzentos e trinta reais e quarenta centavos), com fundamento no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal/1988.

ACÓRDÃO Nº 35.753, DE 09/12/2019

Processo Nº 201509230-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessado: Antônio Jacob do Rosário

Responsável: Maria Eliete Barbosa da Silva – Presidente em exercício

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido ao viúvo de servidora.
2. Comprovado o vínculo do beneficiário com a segurada.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 52 a 55 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar Portaria nº 0923/2015, de 10/06/2015 do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, que concede pensão por morte ao Sr. Antônio Jacob do Rosário esposo da servidora inativa falecida, Eucinira Maria Pereira do Rosário no valor de R\$ 3.475,08 (três mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e oito centavos), com fundamento no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº 35.754, DE 09/12/2019

Processo Nº 201514067-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessado: Ailton Siqueira

Responsável: Juan Lorenzo Bardaléz Hoyos – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido ao viúvo de servidora.
2. Comprovado o vínculo do beneficiário com a segurada.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal/1988. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 61 a 63 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar Portaria nº 1639/2015-GP/IPAMB, de 23/09/2015 do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, que concede pensão por morte ao Sr. Ailton Siqueira, esposo da servidora falecida, Maria das Graças dos Santos Siqueira, no valor de R\$ 3.546,00 (três mil quinhentos e quarenta e seis reais), com fundamento no Art. 40, §7º, Inciso I, da Constituição Federal/1988.



ACÓRDÃO Nº 35.755, DE 09/12/2019

Processo Nº 201514292-00

Natureza: Pensão

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Interessada: Maria do Carmo Ferraz Cabral

Responsável: Maurício Gil Castelo Branco – Presidente

Membro MPCM: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido à viúva de servidor.
2. Comprovado o vínculo da beneficiária com o segurado.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso II, da Constituição Federal. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 75 e 76 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar Portaria nº 1758/2015-GP/IPAMB, de 05/10/2015 do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém, que concede pensão por morte à Sra. Maria do Carmo Ferraz Cabral, esposa do servidor falecido, Armínio da Silva Cabral Filho, no valor de R\$ 4.937,73 (quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos), com fundamento no Art. 40, §7º, Inciso II, da Constituição Federal/1988.

ACÓRDÃO Nº 35.756, DE 09/12/2019

Processo Nº 201404127-00

Natureza: Pensão

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Desenvolvimento Humano

Município: Óbidos

Interessada: Dinair Rodrigues Canto

Responsável: Ruici Cohen Serique – Secretário Municipal de Administração e Desenvolvimento Humano

Membro MPCM: Maria Inez Klautau de Mendonça Gueiros

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: PENSÃO. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS ATENDIDOS. REGISTRO DO ATO.

1. Benefício concedido à viúva de servidor.
2. Comprovado o vínculo da beneficiária com o segurado.
3. Ato regularmente fundamentado no Art. 40, §7º, Inciso I, da CF/88, assim como no Art. 229 c/c 231, I, “a”, da Lei Municipal nº 3.120 de 31 de Outubro de 1994. Processo devidamente instruído.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 62 a 64 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar o Decreto nº 081/2014, de 16/01/2014, da Prefeitura de Óbidos, que concede pensão por morte à Sra. Dinair Rodrigues Canto esposa do servidor falecido Reinaldo da Mata Canto, no valor de R\$ 854,28 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos), com fundamento no Art. 40, §7º, Inciso I, da CF/88, assim como no Art. 229 c/c Art. 231, I, “a”, da Lei Municipal nº 3.120 de 31 de Outubro de 1994.

ACÓRDÃO Nº 35.757, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504755-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente do IPAMB

Interessada: Gracirene Martins Amorim

Procuradora: Maria Inez Klautau De Mendonça Gueiros

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 0338/2015.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE BELÉM – IPAMB. FUNDAMENTO ART. 3º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 137 e 138 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 0338/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Srª. Gracirene Martins Amorim, no cargo de Educador Social, com proventos mensais no valor de R\$ 7.030,11 (sete mil, trinta reais e onze centavos) e fundamento legal no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.758, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506846-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência – IPAMB

Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente do IPAMB

Interessada: Maria de Lourdes Fernandes da Silva

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE. PORTARIA Nº 0586/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MARABÁ. FUNDAMENTO ART. 40, §1º, III, “B”, DA CF/88 COM REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 258 e 259 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 0586/2015, que concede aposentadoria voluntária por idade a Srª. Maria de Lourdes Fernandes da Silva, no cargo Professor

LicenciadoPleno, com proventos mensais no valor de R\$ 4.126,26 (quatro mil, cento e vinte e seis reais e vinte e seis centavos) e fundamento legal no Art. 40, §1º, III, “b”, da CF/88 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.759, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506850-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente do IPAMB

Interessada: Maria Lídia Jardim Maia

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 0605/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DE BELÉM – IPAMB. FUNDAMENTO ART. 3º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 274 e 275 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 0605/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Srª. Maria Lídia Jardim Maia, no cargo de Administrador Escolar, com proventos mensais no valor de R\$ 5.554,89 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) e fundamento legal no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005.

ACÓRDÃO Nº 35.760, DE 09/12/2019

Processo Nº 201514063-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém

Município: Belém

Remetente: Maurício Gil Castelo Branco – Presidente



Interessado: Medimar Alencar Oliveira

Procuradora: Elisabeth Massoud Salame Da Silva

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PORTARIA Nº 1726/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. FUNDAMENTO ART. 40, §1º, I, CF C/C ART. 6º-A, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 186 e 187 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 1726/2015, que concede aposentadoria por invalidez ao Sr. Medimar Alencar Oliveira, no cargo de Professor com Licenciatura Plena, com proventos mensais no valor de R\$ 7.067,26 (sete mil, sessenta e sete reais e vinte e seis centavos) e fundamento legal no Art. 40, §1º, I, CF c/c Art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.762, DE 09/12/2019

Processo Nº 201708331-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência de Belém – IPAMB

Município: Belém

Remetente: Paula Barreiros E Silva – Presidente

Interessado: Luiz Fabiano Almeida da Costa

Procuradora: Maria Inez K De Mendonça Gueiros

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 1014/2017. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM. FUNDAMENTO ART. 3º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005 E ART. 97, DA LEI MUNICIPAL Nº 8.466/2005, AINDA O ART. 62, II, “C”, DA LEI Nº 7.502/90 C/C O ART. 4º, §2º, DA LEI Nº 7.952, ARTS. 84 E 85, §1º, DA LEI MUNICIPAL Nº 7.502/90, ART. 80,

§1º, XII, DA LEI MUNICIPAL Nº 7.952/99. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 322 e 323 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 1014/2017, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade o Sr. Luiz Fabiano Almeida da Costa, no cargo de Agente de Serviços Urbanos, com proventos mensais no valor de R\$ 2.017,28 (dois mil, dezessete reais e vinte e oito centavos) e fundamento legal no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Art. 97, da Lei Municipal nº 8.466/2005, ainda o Art. 62, II, “c”, da Lei nº 7.502/90 c/c o Art. 4º, §2º, da Lei nº 7.952, Arts. 84 e 85, §1º, da Lei Municipal nº 7.502/90, Art. 80, §1º, XII, da Lei Municipal nº 7.952/99.

ACÓRDÃO Nº 35.763, DE 09/12/2019

Processo Nº 201309844-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB

Município: Belém

Remetente: Erick Nelo Pedreira – Presidente

Interessado: Raimundo Nonato da Costa Nunes

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 0267/2013. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM – IPAMB. FUNDAMENTO ART. 3º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005 E LEI MUNICIPAL Nº 7.502/90. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19),



conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 152 e 153 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 0627/2013, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade ao Sr. Raimundo Nonato da Costa, no cargo pertencente ao Grupo Atendente – Ref. A, com proventos mensais no valor de R\$ 3.285,90 (três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa centavos) e fundamento legal no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e Lei Municipal nº 7.502/90.

ACÓRDÃO Nº 35.764, DE 09/12/2019

Processo Nº 201509019-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Marabá

Município: Marabá

Remetente: Karam El Hajjar – Presidente

Interessada: Cleuzinea Rubim Lima

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 347/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MARABÁ. FUNDAMENTO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 82 e 83 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 347/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade à Sra. Cleuzinea Rubim Lima, no cargo de Professora, com proventos mensais no valor de R\$ 4.965,30 (quatro mil, novecentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos) e fundamento legal no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.765, DE 09/12/2019

Processo Nº 201506665-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Marabá

Município: Marabá

Remetente: Karam El Hajjar – Presidente

Interessada: Maria Aparecida Marinho de Oliveira

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 249/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE MARABÁ. FUNDAMENTO ART. 6º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 83 e 84 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 249/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade à Sra. Maria Aparecida Marinho de Oliveira, no cargo de Professora, com proventos mensais no valor de R\$ 5.875,61 (cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) e fundamento legal no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.766, DE 09/12/2019

Processo Nº 201512315-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de Monte Alegre – IPMMA

Município: Monte Alegre

Remetente: Cleonice Mendes da Silva – Presidente

Interessada: Joelnita Ferreira Pedrozo

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)



EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 039/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE – IPMMA. FUNDAMENTO ART. 6º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003 C/C O §5º, DO ART. 40, DA CF/88. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 138 e 139 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 039/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Srª. Joelnita Ferreira Pedrozo, no cargo de Professora Regente, com proventos mensais no valor de R\$ 2.397,23 (dois mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e três centavos) e fundamento legal no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c o §5º, do Art. 40, da CF/88.

ACÓRDÃO Nº 35.767, DE 09/12/2019

Processo Nº 201507196-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará

Município: Redenção do Pará

Remetente: Wellington Gonçalves da Silva – Presidente

Interessada: Joana Darc Gonçalves da Silva

Procuradora: Elisabeth Massoud Salame Da Silva

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PORTARIA Nº 30/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO DO PARÁ. FUNDAMENTO ART. 40, §1º, III, “A”, DA CF/88 C/C ART. 6º, DA EC Nº 41/2003.. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I,

do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 65 e 66 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 30/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a Srª. Joana Darc Gonçalves da Silva, no cargo de Professora, com proventos integrais no valor de R\$ 4.139,53 (quatro mil, cento e trinta e nove reais e cinquenta e três centavos) e fundamento legal no Art. 40, §1º, III, “a”, da CF/88 c/c Art. 6º, da EC nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.768, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504380-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência do Município de Redenção do Pará

Município: Redenção do Pará

Remetente: Wellington Gonçalves da Silva

Interessada: Joana Rodrigues dos Santos

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PORTARIA Nº 010/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE REDENÇÃO DO PARÁ. FUNDAMENTO ART. 6º, DA EC Nº 41/2003. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 56 e 57 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 010/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade à Sra. Joana Rodrigues dos Santos, no cargo de Professora, com proventos mensais no valor de R\$ 3.764,36 (três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos) e fundamento legal no Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.



ACÓRDÃO Nº 35.769, DE 09/12/2019

Processo Nº 201504007-00

Natureza: Aposentadoria

Origem: Instituto de Previdência dos Servidores

Município: Santana do Araguaia

Remetente: Giovanni Spindula Thomaz – Presidente

Interessada: Divina Chagas da Silva

Procuradora: Maria Inez Klautau De Mendonça Gueiros

Relatora: Conselheira Substituta Márcia Costa (Art. 42, §5º c/c Art. 72, III, do ato nº 19/2017-RITCM/PA)

EMENTA: APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE. PORTARIA Nº 018/2015. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA. FUNDAMENTO ART. 40, §1º, III, “A”, DA CF/88 C/C EC Nº 41/2003. PELO REGISTRO DO ATO.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso I, do Regimento Interno (alterado pelo Ato nº 19), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 83 e 84 dos autos.

DECISÃO: Registrar a Portaria nº 018/2015, que concede aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade a Srª. Divina Chagas da Silva, no cargo de Professor PI – Séries Iniciais, com proventos mensais no valor de R\$ 1.645,85 (mil seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) e fundamento legal no Art. 40, §1º, III, “a”, da CF/88 c/c EC nº 41/2003.

ACÓRDÃO Nº 35.776, DE 09/12/2019

Processo Nº 201321743-00

Natureza: Nomeação/Concurso Público CAP nº 2010.002.PMA

Origem: Prefeitura Municipal

Município: Ananindeua

Responsável: Manoel Carlos Antunes – Prefeito

Instrução: Núcleo de Atos de Pessoal – NAP

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA)

EMENTA: NOMEAÇÃO. REGISTRO DOS ATOS. OBSERVÂNCIA À ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO E AOS PRINCÍPIOS DA IMPESSOALIDADE, ISONOMIA, LEGALIDADE E PUBLICIDADE. ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 37, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AOS TERMOS DO EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO CAP Nº 2010.002.PMA.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso II, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 208 a 225 dos autos.

DECISÃO: Considerar legal e registrar os Decretos da Prefeitura Municipal de Ananindeua, que nomeiam Tarcísio Batista Guerra e Outros para exercerem os cargos efetivos aos quais foram aprovados, relativos ao Concurso Público CAP nº 2010.002, conforme relação anexa.

ACÓRDÃO Nº 35.778, DE 09/12/2019

Processo nº 201605117-00

Natureza: Contrato Temporário de Pessoal

Origem: Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM
Município: Belém

Responsável: Eliana de Nazaré Chaves Uchôa – Diretora

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relatora: Conselheira Substituta Adriana Oliveira (Art. 42, §5º c/c o Art. 72, III, do Ato nº 19/2017-TCM/PA).

EMENTA: CONTRATO TEMPORÁRIO. COMPROVADOS OS MOTIVOS FORA DO COMUM, GERADORES DA NECESSIDADE EXCEPCIONAL. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS ATENDIDOS. EXCLUÍDO DO JULGAMENTO O CONTRATO REFERENTE A EMPREGO DE CONFIANÇA.

ACORDAM os Membros integrantes da Câmara Especial de Julgamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, reunidos em sessão ordinária, por votação unânime, com fundamento no Art. 49, Inciso II, do Regimento Interno (com redação dada pelo Ato nº 19/2017), conforme ata da sessão e nos termos do relatório e voto da Relatora, às fls. 95 a 100 dos autos.



DECISÃO:

I – Registrar os 02 (dois) Contratos Temporários firmados pela Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém – CODEM, com Ana Cristina Souza Nery, para a função de Analista Fundiária – Advogada, com vigência de 01/03/2016 a 28/02/2017 e Jacilene Maria Cristóvão de Sousa, como Assistente Administrativo – Nível Médio com vigência de 01/03/2016 a 28/02/2017, pois foram demonstrados os fatos geradores da necessidade temporária de excepcional interesse público, de acordo com a exceção prevista no Art. 37, IX, da CF/88.

II – Excluir do julgamento o exame do contrato referente ao Assessor Nível II, uma vez que não está sujeito à apreciação deste TCM, por constar do quadro dos empregos de confiança no plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Empregados da CODEM, anexo II.

III – Anexar à prestação de contas do respectivo exercício para subsidiar a fiscalização orçamentária e financeira das despesas correspondentes.

Protocolo: 27326**ERRATA - PUBLICAÇÃO DE ATO - JULGAMENTO*****ACÓRDÃO Nº 35.615, DE 28/11/2019**

Processo nº 201903675-00

Município: Terra Alta

Órgão: Prefeitura Municipal

Exercício: 2014

Responsável: Gilvandro Alves Cordovil do Nascimento

Advogada: Juliana Pinto do Carmo OAB/PA 22.395

Assunto: Pedido de Revisão (Acórdãos nº 34.152 e 34.153/2019/TCM-PA)

Procuradora: Maria Regina Cunha

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. CONHECIMENTO. REDUÇÃO DO AGENTE ORDENADOR. IRREGULARIDADES EM PROCESSOS LICITATÓRIOS E NÃO REPASSE AO INSS DE CONTRIBUIÇÕES RETIDAS. PROVIMENTO PARCIAL. IRREGULARIDADE DAS CONTAS. SUSPENSÃO DA MEDIDA CAUTELAR. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AOS ÓRGÃOS ANTERIORMENTE CIENTIFICADOS DA DECISÃO CONSTANTE DA MEDIDA CAUTELAR.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 048 a 051 dos autos.

DECISÃO:

I – Conhecer do presente Pedido de Revisão e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, para fins de alterar o Acórdão nº 34.152/2019/TCM-PA, reduzindo o Agente Ordenador de R\$-103.772,83 (cento e três mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e três centavos) para R\$-15.833,18 (quinze mil, oitocentos e trinta e três reais e dezoito centavos), mantendo, ainda, as irregularidades em processos licitatórios e o não repasse ao INSS do total das contribuições previdenciárias retidas dos contribuintes, discriminadas no relatório;

II – Manter a Irregularidade das Contas da Prefeitura Municipal de Terra Alta, exercício de 2014, de responsabilidade de Gilvandro Alves Cordovil do Nascimento;

III – Determinar a Suspensão da MEDIDA CAUTELAR imposta por meio do Acórdão nº 34.153/2019-TCM/PA, haja vista a redução do valor atribuído ao Agente Ordenador para R\$-15.833,18 (quinze mil, oitocentos e trinta e três reais e dezoito centavos), com menor potencialidade de causar dano.

IV – Determinar a comunicação da decisão aos órgãos anteriormente cientificados da decisão constante da Medida Cautelar.

***Republicada por ter saído com erro no assunto do ato, no dia 11 de dezembro de 2019.**

Protocolo: 27326**DECISÃO MONOCRÁTICA****DECISÃO MONOCRÁTICA DE EXPEDIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR (ART. 144, II E III, RITCM-PA)**

PROCESSO Nº 2019050874-00

MUNICÍPIO: Moju

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MOJU

ASSUNTO: DECISÃO MONOCRÁTICA DE EXPEDIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR

EXERCÍCIO: 2019



RESPONSÁVEL: Maria Nilma Silva de Lima – Prefeita e Sr. Michel Leandro Costa Garcia, Secretário Municipal de Saúde de Moju

Por competência insculpada no Art. 71, II c/c Art. 75, da Constituição Federal, Art. 1º, XX da Lei Orgânica (Lei nº 109/2016) c/c o Art. 144, II e III, do Regimento Interno (Ato nº 19) ambos desta Corte, há a possibilidade de o Tribunal de Contas decretar a expedição de medida cautelar para sustar ato emanado pelo Poder Executivo, quando haja fundado receio de dano às contas públicas ou quando a efetividade da medida puder ser obstruída pelo conhecimento prévio desta, gerando a ineficácia da decisão de mérito.

Nessa toada, vislumbro a possibilidade de expedição de medida cautelar para sustação do seguinte processo licitatório:

/Pregão Presencial nº 201821210004 PP – SRP, que tem por Objeto a contratação de Empresa Especializada para a Prestação dos Serviços de Coleta, Transporte e Destinação final, com Incineração, do Material Descartável e Rejeito Hospitalar.

1 – Relatório

Trata-se da aplicação de Medida Cautelar de ofício, em desfavor da Sra. Maria Nilma Silva de Lima – Prefeita e Sr. Michel Leandro Costa Garcia – Secretário Municipal de Saúde de Moju, referente a Licitação em apreço, tendo em vista que no Item 8 (Condições para Participação), onde restringe a participação de pessoa jurídica com Falência, Recuperação Judicial, Concordata ou Insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de Recuperação Extrajudicial; itens 8.2.1 e 8.2.12 e Item III (Qualificação Técnica), letra i, - indicação de Responsável Técnico da Licitante, apenas de profissional Engenheiro Sanitarista, e letra k, onde é solicitado aos licitantes Atestado de visita técnica “in loco”, medida vedada pela Lei de Licitações.

Assim, diante dos fatos, o Certame Licitatório apresenta limitação de competitividade, ocasionando, portanto, sérios prejuízos ao interesse público.

Por sua vez, os requisitos para a aplicação de medida cautelar de ofício estão previstos no Art. 95, II e III, da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica deste TCM-PA), in verbis, e reproduzidos no Art. 144, II e III, do Regimento Interno desta Corte foram fielmente

cumpridas. Assim, considero admitido de ofício para conhecimento dos fatos e para instauração de medidas cautelares, em desfavor da Sra. Maria Nilma Silva de Lima – Prefeita e Sr. Michel Leandro Costa Garcia – Secretário Municipal de Saúde de Moju, para evitar que ocorram possíveis danos e agravamentos de possíveis lesões erário. Bem como evitar que possam ocorrer situações que venham a inviabilizar ou tornar sobremaneira difícil e até mesmo impossível a reparação aos danos causados pela omissão da jurisdicionada frente às medidas solicitadas por esta Corte para que fossem por ele adotadas.

2 – Fundamentação

Pode o Tribunal de Contas decretar a expedição de medida cautelar para sustar o ato correspondente, quando haja fundado receio de dano às contas públicas ou quando a efetividade da medida puder ser obstruída pelo conhecimento prévio. A medida cautelar encontra-se regulamentada no Art. 95, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, sendo que a mesma Lei prevê 04 (quatro) medidas cautelares, em seu Art. 96.

A medida a ser adotada é a constante do inciso II do referido dispositivo, que autoriza a sustação do ato ou de procedimento, até que se decida sobre o mérito da questão suscitada.

O Conselheiro detém o poder de iniciar ex officio um procedimento cautelar, em decorrência do poder geral de cautela, assegurado constitucionalmente pelo Art. 71, IV, da CF/88, regulamentando a atuação de ofício dos Tribunais de Contas, sem provocação, quando assim bem entender.

Aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Civil e suas normas a respeito do assunto, nos termos do Art. 305, do Regimento Interno deste TCM com o Ato nº 19, essa medida guarda fundamento quando encontrarem-se presentes na situação a ser acautelada o fumus boni iuris e o periculum in mora, sendo, a existência de indícios de justeza do direito pleiteado e o perigo na demora da prestação requerida.

Nas Cortes de Contas, nesse sentido, busca-se o indício de grave dano ao erário e o perigo na demora da ação, o que poderia consumir eventual lesão ou ameaça à lesão de princípios ou valores da administração pública. Reitere-se que a Suprema Corte vem reconhecendo, em



reiterados arrestos, sua utilidade quando verificada a existência de situações que afrontem a ordem jurídica ou que causem prejuízo ao erário.

Por fim, em razão do apontado, determino a expedição de medida cautelar no intuito de sustar o Pregão Presencial nº 201812210004 – CPL; PMM – Pregão Presencial SRP – até que se decida sobre o mérito da questão suscitada.

3 – Conclusão

DECIDO MONOCRATICAMENTE, com fundamento no Art. 95, §2º, da Lei nº 109/2016. Assim, DETERMINO que sejam aplicadas as seguintes medidas:

– Adoção de Medida Cautelar, com fundamento no Art. 95, Incisos II c/c Art. 96, II, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, com o intuito de sustar o Pregão Presencial nº 201812210004 – CPL; PMM – Pregão Presencial SRP até que se decida sobre o mérito da questão suscitada.

– Imediata suspensão de todos os atos relativos ao processo supramencionado, devendo a municipalidade abster-se de praticar quaisquer atos relativos ao procedimento de contratação sustado, a partir da citação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária no valor de 300 (trezentas) UPFPA – Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará (**Valor da UPF-PA 2019 de R\$ 3,4617**), em conformidade com o Art. 283, do RITCM, até a decisão definitiva do mérito da demanda apresentada no presente processo;

– Citação do gestor responsável Maria Nilma Silva de Lima – Prefeita e Sr. Michel Leandro Costa Garcia – Secretário Municipal de Saúde de Moju, para que apresente, se assim o desejar, defesa sobre os fatos, bem como sobre a medida cautelar determinada, no prazo de 30 dias, conforme Art. 177, do RI-TCM; e

– Comunicação da decisão à Câmara Municipal de Moju em cumprimento ao disposto no Artigo 116, X, c/c 123, da Constituição Estadual do Pará.

Por todo o exposto, conforme previsão do Art. 144, §1º, c/c Art. 67, XI, do RI-TCM, trago a este Egrégio Plenário a apreciação da medida cautelar expedida monocraticamente para a devida apreciação do Tribunal Pleno deste Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Belém, 20 de janeiro 2020.

Conselheiro **Luis Daniel Lavareda Reis Júnior**

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE

DESPACHO DE ADMISSIBILIDADE

DE RECURSO ORDINÁRIO

(Art. 81, da LC nº 109/2016 c/c Art. 261, §§ 1º e 2º, RITCM-PA)

Processo nº 201907832-00

Classe: Recurso Ordinário

Procedência: Fundo Municipal de Assistência Social de Currallinho

Responsável: Nelma do Socorro Souza da Silva

Decisão Recorrida: Acórdão nº 35.482/2019

Processo Originário nº 282222014-00 (Prestação de Contas)

Exercício: 2014

Tratam os autos de Recurso Ordinário (fls. 01-06), interposto pela Sra. NELMA DO SOCORRO SOUZA DA SILVA, responsável legal pelas contas do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CURRALINHO, exercício financeiro de 2014, com arrimo no Art. 81, caput, da LC nº 109/2016 c/c Art. 261, do RITCM-PA, contra a decisão contida no Acórdão nº 35.482, de 15/10/2019, do Conselheira-Relatora Sérgio Leão, do qual se extrai:

I. Julgar Irregulares as contas anuais de Gestão, do Fundo Municipal de Assistência Social de Currallinho exercício de 2014, com fundamento no Art. 45, III, Alínea “c”, da Lei Complementar Estadual 109/2016, de responsabilidade da Sra. Nelma do Socorro da Silva.

II. Deve a referida Ordenadora recolher devidamente corrigidos ao Erário Municipal, a importância de R\$ 31.444,18 (trinta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do Art. 48, da Lei Complementar 109/2016, referente a conta Agente Ordenador.

III. Deve ainda recolher no prazo de 30 (trinta) dias, em favor do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do TCM/PA/FUMREAP, o seguinte valor a título de multa: R\$ 1.038,51, correspondente a 300 UPF-PA, com fundamento no Art. 284, IV, “b”, do RITCM/PA, pela inobservância das normas legais de natureza contábil e financeira.



Os autos recursais foram autuados neste TCM-PA, em 06/12/2019, e encaminhados à Diretoria Jurídica, para manifestação quanto a admissibilidade do Recurso Ordinário em 09/12/2019, conforme consta do despacho à fl. 08 dos autos.

É o breve relatório, pelo que passo a apreciação de admissibilidade, conforme regramento contido na Lei Orgânica e no Regimento Interno do TCM-PA, o que o faço nos seguintes termos:

1. DA LEGITIMIDADE:

Os legitimados para interpor Recurso Ordinário, em face de decisão proferida pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, encontram-se destacados no rol consignado pelo §2º, do Art. 79, da LC n.º 109/2016.

No caso em tela, verifica-se que a Recorrente, ordenadora responsável pelas contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Curralinho durante o exercício financeiro de 2014, foi alcançado pela decisão constante no Acórdão n.º 35.482, de 15/10/2019, estando, portanto, amparado, pelo dispositivo legal transcrito, para interpor o presente Recurso Ordinário.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO:

Dispõe o §1º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016, que o Recurso Ordinário poderá ser interposto uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão.

A partir da análise do dispositivo legal transcrito acima, constata-se que a decisão guerreada fora devidamente disponibilizada no D.O.E do TCM-PA Nº 661, de 07/11/2019, sendo interposto, o presente recurso, em 06/12/2019, ou seja, dentro do prazo legal de 30 (trinta) dias, nos termos do Parágrafo Único, do Art. 4º, da LC n.º 102/2015, no que consigno, portanto, sua tempestividade.

Quanto ao cabimento do apelo, constata-se que o mesmo encontra amparo legal no “caput”, do Art. 81, da LC n.º 109/2016, razão pela qual, desde que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, do presente Recurso Ordinário, cabe sua admissibilidade e apreciação nos efeitos devolutivo e suspensivo, a teor do previsto no §2º, do citado dispositivo legal.

3. DA CONCLUSÃO:

Por todo exposto, ADMITO o presente RECURSO ORDINÁRIO, em seu duplo efeito – devolutivo e suspensivo – nos termos do §2º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016, exclusivamente, quanto à matéria recorrida, consignada junto ao Acórdão n.º 35.482, de 15/10/2019. Determino, assim, a remessa dos presentes autos, à Secretaria Geral, para a competente publicação desta decisão, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCM-PA, na forma legal e regimental, procedendo, ato contínuo, com sua regular distribuição, em tudo observado o previsto pelo §3º, do Art. 81, da LC n.º 109/2016.

Belém-PA, em 17 de janeiro de 2019.

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Presidente do TCM-PA

Protocolo: 27327

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

Nº 01/2020/5ª Controladoria/TCMPA

Processos nº 201905874-00

Município: Moju

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Exercício: 2019

Assunto: Decisão Cautelar Monocrática de Ofício

Demandada: Maria Nilma Silva de Lima – Prefeita Municipal de Moju

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

O Exmo. Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento no Art. 67, VII, do Regimento Interno desta Corte, CITA a Sra. Maria Nilma Silva de Lima, Prefeita Municipal de Moju, acerca da DECISÃO CAUTELAR MONOCRÁTICA expedida em 20 de janeiro de 2020, nos autos do processo nº 201905874-00, conforme documento anexo.

Belém, 20 de janeiro de 2020.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/TCMPA



EDITAL DE CITAÇÃO**Nº 02/2020/5ª Controladoria/TCMPA**

Processos nº 201905874-00

Município: Moju

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal

Exercício: 2019

Assunto: Decisão Cautelar Monocrática de Ofício

Demandado: Michel Leandro Costa Garcia – Secretário Municipal de Saúde

Relator: Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior

O Exmo. Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA), no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento no Art. 67, VII, do Regimento Interno desta Corte, CITA o Sr. Michel Leandro Costa Garcia, Secretário Municipal de Saúde de Moju, acerca da DECISÃO CAUTELAR MONOCRÁTICA expedida em 20 de janeiro de 2020, nos autos do processo nº 201905874-00, conforme documento anexo.

Belém, 20 de janeiro de 2020.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro/TCMPA

Protocolo: 27327

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 5100/2020/5ª Controladoria TCM PA****Publicações: 17/01, 21/01 e 27/01/2020****Processo nº: 201904438-00****Origem: Câmara Municipal de Portel****Responsável: Enos Abreu Perdigão****Notificação nº: 209/2019 – 5ª Controladoria/TCMPA**

O Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior, nos termos do art. 66 da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM PA) **notifica** o Sr. **ENO ABREU PERDIGÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Portel, **no exercício de 2019**, através do presente Edital, que será publicado **03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias** no Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, **A CUMPRIR no prazo de 15 (quinze) dias**, com os termos contidos na **Notificação nº 209/2019-5ª Controladoria/TCMPA**.

Ressalta-se que a **contagem do prazo** para as providências se dará **a partir da 3ª e última publicação**.
Belém, 17 de janeiro de 2020.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**Conselheiro – TCM PA****Protocolo: 27294****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 5101/2020/5ª Controladoria TCM PA****Publicações: 17/01, 21/01 e 27/01/2020****Processo nº: 201904438-00****Origem: Câmara Municipal de Salvaterra****Responsável: Rui Rolim Herculano da Silva****Notificação nº: 210/2019 – 5ª Controladoria/TCMPA**

O Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior, nos termos do art. 66 da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM PA) **notifica** o Sr. **RUI ROLIM HERCULANO DA SILVA**, Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra, **no exercício de 2019**, através do presente Edital, que será publicado **03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias** no Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, **A CUMPRIR no prazo de 15 (quinze) dias**, com os termos contidos na **Notificação nº 210/2019-5ª Controladoria/TCMPA**.

Ressalta-se que a **contagem do prazo** para as providências se dará **a partir da 3ª e última publicação**.
Belém, 17 de janeiro de 2020.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR**Conselheiro – TCM PA****Protocolo: 27297****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO****Nº 5102/2020/5ª Controladoria TCM PA****Publicações: 17/01, 21/01 e 27/01/2020****Processo nº: 201904438-00****Origem: Câmara Municipal de Soure****Responsável: Jorge Peixoto Ramos****Notificação nº: 211/2019 – 5ª Controladoria/TCMPA**

O Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior, nos termos do art. 66 da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCM PA) **notifica** o Sr. **JORGE PEIXOTO RAMOS**, Presidente da Câmara Municipal de Soure, **no exercício de 2019**, através do presente Edital, que será



publicado **03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias** no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, **A CUMPRIR no prazo de 15 (quinze) dias**, com os termos contidos na **Notificação nº 211/2019-5ª Controladoria/TCMPA**.

Ressalta-se que a **contagem do prazo** para as providências se dará **a partir da 3ª e última publicação**.

Belém, 17 de janeiro de 2020.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro – TCMPA

Protocolo: 27300

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 5103/2020/5ª Controladoria TCMPA

Publicações: 17/01, 21/01 e 27/01/2020

Processo nº: 201904438-00

Origem: Câmara Municipal de Cametá

Responsável: Emerson Viana Pereira

Notificação nº: 212/2019 – 5ª Controladoria/TCMPA

O **Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior**, nos termos do art. 66 da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei Orgânica do TCMPA) **notifica o Sr. EMERSON VIANA PEREIRA, Presidente da Câmara Municipal de Cametá, no exercício de 2019**, através do presente Edital, que será publicado **03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias** no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, **A CUMPRIR no prazo de 15 (quinze) dias**, com os termos contidos na **Notificação nº 212/2019-5ª Controladoria/TCMPA**.

Ressalta-se que a **contagem do prazo** para as providências se dará **a partir da 3ª e última publicação**.

Belém, 17 de janeiro de 2020.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro – TCMPA

Protocolo: 27303

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 5104/2020/5ª Controladoria TCMPA

Publicações: 17/01, 21/01 e 27/01/2020

Processo nº: 201904438-00

Origem: Câmara Municipal de Curralinho

Responsável: Manoel Teles de Oliveira

Notificação nº: 213/2019 – 5ª Controladoria/TCMPA

O **Conselheiro Luis Daniel Lavareda Reis Junior**, nos termos do art. 66 da Lei Complementar nº 109/2016 (Lei

Orgânica do TCMPA) **notifica o Sr. MANOEL TELES DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Curralinho, no exercício de 2019**, através do presente Edital, que será publicado **03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias** no Diário Oficial Eletrônico do TCMPA, **A CUMPRIR no prazo de 15 (quinze) dias**, com os termos contidos na **Notificação nº 213/2019-5ª Controladoria/TCMPA**.

Ressalta-se que a **contagem do prazo** para as providências se dará **a partir da 3ª e última publicação**.

Belém, 17 de janeiro de 2020.

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR

Conselheiro – TCMPA

Protocolo: 27306

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 4005/2020/4ª Controladoria/TCMPA

Publicação: 21/01/2020

(Processo nº 201906543-00)

O **Conselheiro Antonio José Guimarães**, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 66 da Lei Complementar nº 109/2016 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas dos Municípios, **Notifica** através do presente Edital, o(a) Senhor(a) **FRANCISCO FERREIRA FREITAS NETO**, responsável pela **Prefeitura Municipal de Capanema**, no exercício de **2019**, para que no prazo de 10 dias contados da **única publicação** realizada no Diário Eletrônico deste TCM, para:

I - Justificar e/ou encaminhar documentos que demonstrem efetivamente os motivos geradores da necessidade excepcional, conforme apontado como fundamento legal (Lei Municipal nº 6.407/2018) nos Editais dos Processos Seletivos que permitiram a dispensa da realização de concurso público e a utilização do instituto da contratação temporária, de acordo com a exceção à regra consignada no inciso IX, do art. 37 da CF/88;

II - Justificar a ausência de Fundamentação Legal para a Contratação Temporária no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº002/2019/SEMAS/PMC, de 24/07/19;

III – Informar que providências estão sendo tomadas no sentido de diminuir o elevado percentual de contratações temporárias em comparação com o total da Folha de



Pagamentos do Executivo, em inobservância ao art. 37, IX, da Constituição Federal e do preceito constitucional do art. 37, II;

Os documentos solicitados deverão ser encaminhados digitalizados e em formato "PDF", em "CD" ou "pen drive" através do Protocolo Geral deste Tribunal e em resposta à Notificação nº 90/2019/4ª CONTROLADORIA/TCM.

O não atendimento aos itens desta Notificação, sujeita o Ordenador de Despesas à multa, conforme dispõe o art. 282, do Regimento Interno deste TCM.

Belém, 20 de janeiro de 2020.

Conselheiro **Antonio José Guimarães** - Relator/4ª Controladoria/TCMPA

Protocolo: 27313

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nºs 52/104/2020/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA
(Processo nº 201508153-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, **o Senhor, Fabiano Bernardo da Silva.**

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 72, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), Notifico com o fundamento no art. 30, §1º da LOTCM através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **o Senhor, Fabiano Bernardo da Silva, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Altamira ALTAPREV, no exercício financeiro de 2015**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 828/2018-NAP/TCM/PA, Fls. 54 a 57**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Belém 21 de janeiro de 2020.

Conselheira Substituta **Adriana Oliveira** – Relatora/TCM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 104/2019/Gab. Da Cons. Adriana Oliveira /TCMPA
(Processo nº 201504381-00)**

De Notificação, com prazo de 15 (quinze) dias, **o Senhor, José Carlos Pantoja Mendes.**

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 72, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), Notifico, com fundamento no art. 30, §1º da LOTCM através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **o Senhor, José Carlos Pantoja Mendes, Presidente do Instituto de Previdência do Município de São Sebastião de Boa Vista, no exercício financeiro de 2015**, para que no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº 297/2019/NAP/TCM/PA, Fls. 147 a 152**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Belém, 21 de janeiro de 2019.

Conselheira Substituta **Adriana Oliveira** – Relatora/TCM

Protocolo: 27314

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nº 77 a 80/2020/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 77/2020/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA
(Processo nº 201802715-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, **a Senhora, Lucineia Alves da Silva Oliveira.**

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 72, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), Notifico com o fundamento no art. 30, §1º da LOTCM através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **a Senhora, Lucineia Alves da Silva Oliveira, Prefeita do Município de Bannach, no exercício financeiro de 2018**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie



o solicitado no **PARECER Nº RA-91/2019/CT/NAP/TCM/PA, Fls. 49 a 51**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Belém 21 de janeiro de 2020.

Conselheira Substituta **Adriana Oliveira** – Relatora/TCM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 78/2019/Cons. Adriana Oliveira /TCMPA
(Processo nº 201802715-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, a **Senhora, Dulcineia da Cruz Rodrigues Moraes**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 72, III^º do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), Notifico, com fundamento no art. 30, §1^º da LOTCM através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, a **Senhora, Dulcineia da Cruz Rodrigues Moraes, Secretária Municipal de Bannach, no exercício financeiro de 2018**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº RA-91/2019/CT/NAP/TCM/PA, Fls. 55/56**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Belém, 21 de janeiro de 2019.

Conselheira Substituta **Adriana Oliveira** – Relatora/TCM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 0079/2019/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA
(Processo nº 201802715-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, a **Senhora, Vanderlene Fernandes de Oliveira**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 72, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), Notifico com o fundamento no art. 30, §1^º da LOTCM através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos

Municípios do Estado do Pará, a **Senhora, Vanderlene Fernandes de Oliveira, Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social do Município de Bannach, no exercício financeiro de 2018**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº RA-91/2019/CT/NAP/TCM/PA, Fls. 59/60**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Belém 21 de janeiro de 2020.

Conselheira Substituta **Adriana Oliveira** – Relatora/TCM

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

**Nº 0080/2019/Cons. Subst. Adriana Oliveira/TCMPA
(Processo nº 201802715-00)**

De Notificação, com prazo de 30 (trinta) dias, o **Senhor, José Fátimo dos Santos**.

A Conselheira Substituta do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, usando das atribuições conferidas pelo art. 72, III do Regimento Interno desta Corte (RITCM/PA), Notifico com o fundamento no art. 30, §1^º da LOTCM através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, o **Senhor, José Fátimo dos Santos, Secretário municipal de saúde do Município de Bannach, no exercício financeiro de 2018**, para que no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da 3ª publicação, providencie o solicitado no **PARECER Nº RA-91//2019/CT/NAP/TCM/PA, Fls. 61/62**, constante no processo supracitado.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará
Belém 21 de janeiro de 2020.

Conselheira Substituta **Adriana Oliveira** – Relatora/TCM

Protocolo: 27318

SOLICITAÇÃO DE PRAZO

DESPACHO EM PROCESSOS DE SOLICITAÇÃO DE PRAZO

Processo nº: 201908336-00

Órgão/Município: FUNDEB–Capitão Poço

Assunto: Solicitação de Prazo

Remetente: Maria Terezinha de Souza Ferreira



O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições concedidas pelo artigo 212, § 1º do Regimento Interno TCM/PA. Comunica o deferimento do pedido feito através do Processo nº 201908336-00 referente Solicitação de Prazo, para atendimento a Citação nº 131/2019/7ªControladoria/TCMPA, referente a unidade Gestora do FUNDEB de Capitão Poço(Processo 234162012-00) encerrando-se em 12/02/2020.

Belém, 20 de janeiro de 2020.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Relator/7ª Controladoria/TCMPA

DESPACHO EM PROCESSOS DE SOLICITAÇÃO DE PRAZO

Processo nº: 201908334-00

Órgão/Município: FME–Capitão Poço

Assunto: Solicitação de Prazo

Remetente: Maria Terezinha de Souza Ferreira

O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições concedidas pelo artigo 212, § 1º do Regimento Interno TCM/PA. Comunica o deferimento do pedido feito através do Processo nº 201908334-00 referente Solicitação de Prazo, para atendimento a Citação nº 131/2019/7ªControladoria/TCMPA, referente a unidade Gestora do Fundo Municipal de Educação de

Capitão Poço (Processo 234172012-00) encerrando-se em 02/03/2020.

Belém, 20 de janeiro de 2020.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Relator/7ª Controladoria/TCMPA

DESPACHO EM PROCESSOS DE SOLICITAÇÃO DE PRAZO

Processo nº: 201908335-00

Órgão/Município: CM–Capitão Poço

Assunto: Solicitação de Prazo

Remetente: Simão Teixeira Mota

O Conselheiro José Carlos Araújo, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições concedidas pelo artigo 212, § 1º do Regimento Interno TCM/PA. Comunica o deferimento do pedido feito através do Processo nº 201908334-00 referente Solicitação de Prazo, para atendimento a Citação nº 138/2019/7ªControladoria/TCMPA, referente a unidade Gestora da Câmara Municipal de Capitão Poço(Processo 230022012-00) encerrando-se em 04/03/2020.

Belém, 20 de janeiro de 2020.

JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro/Relator/7ª Controladoria/TCMPA

Protocolo: 27325

PORTARIA

PORTARIA Nº 023/2020/TCMPA

O Conselheiro **FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO**, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 18, inciso XIV do Regimento Interno desta Corte de Contas, e, **Considerando** o artigo 42, da Lei nº 8.891, de 23 de julho de 2019, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e o cronograma de execução mensal de desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social definida a cada quadrimestre, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

Considerando, finalmente, a necessidade de se assegurar o equilíbrio fiscal, por meio da otimização e da eficiência na aplicação dos recursos públicos;

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar a Programação Orçamentária e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso do Orçamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, referente à Unidade Gestora:030101-TCM, para o 1º Quadrimestre do exercício de 2020, na forma dos *incisos* a seguir discriminados:

I- A Programação das Quotas Orçamentárias Mensais, identificada por programa, grupo de despesa e fonte de financiamento, definida na forma do **Anexo 1** desta Portaria, observado os limites dos saldos orçamentários; e



II- O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso à conta dos recursos do Tesouro e de outras fontes, por grupo de despesa, definido no **Anexo 2** desta Portaria.

Art. 2º. As quotas orçamentárias mensais que trata o Inciso I do artigo anterior serão disponibilizadas no Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM) pelo próprio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

Art. 3º. No caso dos anexos referidos nos incisos do art. 1º necessitarem de alterações, estas serão aprovadas mediante Portaria da Presidência deste Tribunal, observando a verificação da disponibilidade financeira e orçamentária;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, em 15 de janeiro de 2020

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO

Conselheiro/Presidente/TCMPA

Anexo 1 - Portaria nº 023/2020/TCMPA

Programação das Quotas Orçamentárias Mensais – 1º Quadrimestre 2020

(Art. 42 da Lei nº 8.891/2019 – LDO)

UNIDADE	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ					
PROGRAMA	1454 – CONTROLE EXTERNO MUNICIPAL					
GRUPO DE DESPESA	FONTE	VALOR				
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	TOTAL
- Pessoal e Encargos Sociais	0101	11.000.000	11.000.000	11.000.000	11.000.000	44.000.000
- Outras Despesas Correntes	0101	3.210.000	3.930.190	2.021.429	1.945.737	11.607.356
- Investimentos	0101	500.000				
TOTAL		14.710.000	14.930.190	13.021.429	12.945.737	55.607.356

Anexo 2 – Portaria nº 023/2020/TCMPA

Cronograma de Execução Mensal de Desembolso – 1º Quadrimestre 2020

(Art. 42 da Lei nº 8.891/2019 – LDO)

UNIDADE	TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ					
GRUPO DE DESPESA	FONTE	VALOR				
		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais		11.000.000	11.000.000	11.000.000	11.000.000	44.000.000
- Recursos do Tesouro	0101	11.000.000	11.000.000	11.000.000	11.000.000	44.000.000
Outras Despesas Correntes		3.210.000	3.930.190	2.021.429	1.945.737	11.607.356
- Recursos do Tesouro	0101	3.210.000	3.930.190	2.021.429	1.945.737	11.607.356
Investimentos						
- Recursos do Tesouro	0101	500.000				
TOTAL		14.710.000	14.930.190	13.021.429	12.945.737	55.607.356

Protocolo: 27324

